

## **AGRO-INDÚSTRIA E AGRICULTURA FAMILIAR: FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DAS TRANSACÇÕES E REDUÇÃO DA POBREZA RURAL EM MOÇAMBIQUE**

**Rui Benfica, David Tschirley e Líria Sambo**

**INTRODUÇÃO:** A agro-indústria - a adição de valor aos produtos agrícolas através do processamento antes de estes alcançarem os consumidores, pode desempenhar um papel chave no desenvolvimento agrário, especialmente se se localizar em áreas rurais. O processo de desenvolvimento agro-industrial nos países em desenvolvimento, está cada vez mais condicionado pelo fenómeno da globalização, particularmente pelas tendências nos fluxos de investimento directo estrangeiro e comércio internacional (Reardon and Barrett, 2000). Moçambique não constitui excepção. Algumas das características do processo, especialmente normas exigentes de qualidade e de segurança de alimentos podem contribuir para a exclusão de muitos agricultores familiares do processo. Se isto acontece ou se, pelo contrário, o sector se beneficia no processo irá depender do tipo de investimento agro-industrial em questão, e da habilidade de o Governo e “parceiros de desenvolvimento” assistirem adequadamente estes produtores familiares a ultrapassar as barreiras organizacionais e técnicas que impedem à sua benéfica participação.

O desenvolvimento agro-industrial nas zonas rurais tem um grande potencial de contribuir para o alívio da pobreza rural (Jaffee and Morton, 1995; Dorward *et al.* 1998; Delgado, 1999). Contudo, os efeitos sobre a pobreza do desenvolvimento de agro-indústrias específicas numa dada região podem variar, dependendo de quão relacionadas elas estão com os produtores rurais, e, mais especificamente, de um conjunto de factores que condicionam tal ligação. Tais factores vão desde características de produção, comercialização e processamento da cultura em questão, até ao ambiente económico e político prevalecente. Nesta medida, é de fundamental

importância a pesquisa conducente a um melhor entendimento dessas relações, e dos potenciais impactos directos e indirectos sobre a pobreza rural, para auxiliar na tomada de decisões de política agrária.

Este *Flash* aborda a questão das formas alternativas de organização das transacções na interacção entre os investimentos agro-industriais e os agricultores familiares nas cadeias de oferta de produtos agrícolas alimentares e não alimentares nas zonas rurais de Moçambique. Aborda também, porém de forma preliminar, a relação entre essas formas de organização e a redução da pobreza, e o papel dos instrumentos de política no reforço desses efeitos. Dada a alta incidência de níveis de pobreza em áreas rurais, esta questão é cada vez mais importante para decisores de políticas, sector privado e ONGs envolvidas na promoção de agro-indústrias nessas áreas. Este Flash é baseado num estudo de base realizado em Moçambique em 2001.<sup>1</sup>

**TENDÊNCIAS E PADRÕES DO INVESTIMENTO AGRO-INDUSTRIAL EM MOÇAMBIQUE:** Desde a assinatura dos acordos de paz em 1992 e a subsequente realização das primeiras eleições democráticas no país em 1994, tem-se notado um grande fluxo de investimento tanto nacional como estrangeiro. Neste processo, nota-se alguns padrões gerais e outros específicos para determinados sub-sectores. Primeiro, o valor dos investimentos agro-industriais representou, em média, cerca de 60% de todos os projectos de investimento em actividades ligadas ao meio rural, no período de 1985 a meados de

---

\* As opiniões aqui expressas são da inteira responsabilidade dos autores e não reflectem a posição oficial do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural.

---

<sup>1</sup> Para a versão completa do documento do estudo, ver MADER/MSU Relatórios de Pesquisa #51E *The Impact of Alternative Agro-Industrial Investments on Rural Poverty Reduction in Mozambique* por R. Benfica, D.Tschirley e L.Sambo, (2002). Esse documento pode ser obtido em <http://www.aec.msu.edu/agecon/fs2/mozambique/wps51e.pdf>

2001. Segundo, o valor total do investimento agro-industrial aumentou cerca de 5 vezes do período 1985-90 a 1991-1996, de \$33.4 milhões a mais de \$161 milhões. Depois, mais do que duplicou desse período para o período 1997-2001. Terceiro, uma análise a todo o período indica que a ênfase no investimento mudou de algodão e tabaco (1985-90) a uma diversificação mais balanceada de investimento em sectores com o milho, algodão e cajú na primeira metade da década de 1990s. Desde finais de 1990s (1997-2001) tem havido investimentos significativos no sector de açúcar e alguns no sector de chá. Finalmente, mais recentemente, tem havido grandes investimentos por companhias de tabaco, particularmente em sistemas de fomento e em operações de adição de valor nas zonas Centro e Norte do país. Este processo tem sido acompanhado por um aumento significativo na produção de tabaco.

**RELAÇÃO ENTRE AGRO-INDÚSTRIA E AGRICULTURA FAMILIAR:** Os investimentos agro-industriais actualmente desenvolvidos no meio rural em Moçambique têm formas diferentes de ligação com os produtores familiares. O presente estudo, sumariza essas formas em três tipos fundamentais: interacções directas no mercado com produtores independentes (PI); interacções através de contractos num sistema de fomento com transacções interligadas (CF); e plantação com processamento (PP). Os sub-sectores predominantes em cada um destes tipos são: PI (cajú, milho e manga); CF (tabaco e algodão); e PP (açúcar, chá, coco, e citrinos).

Entre 1985 e meados de 2001, cerca de 45% do total dos investimentos foi em agro-indústrias organizadas em PI, 32% em PP e 23% em CF. Para o mesmo período, o valor dos investimentos, foi orientado da seguinte forma: \$3.8 milhões para agro-indústrias organizadas em PI, \$6.2 milhões em CF, e \$8.8 milhões em PP. A localização geográfica dos projectos agro-industriais é a seguinte: Milho (Maputo, Nampula, e Sofala), açúcar (Maputo e Sofala), Algodão (Nampula, Zambezia, e Cabo Delgado), Cajú (Nampula, Gaza, Inhambane, e Maputo), e chá (Zambézia).

**ANÁLISE DE FORMAS ALTERNATIVAS DE ORGANIZAÇÃO DAS TRANSACÇÕES:** A teoria económica de custos de transacção aplicada à análise dos sub-sectores de milho, cajú, algodão e açúcar, permitiu prever e explicar em grande medida a predominância de formas específicas de organização nesses sub-sectores. Esta abordagem foi também usada para antecipar problemas e identificar pontos fortes que podem estar associados com formas

alternativas de organização das transacções, bem como na identificação de políticas de intervenção nesses sub-sectores que possam ajudar na sua promoção de forma sustentável.

**Formas de Organização Viáveis, Observadas e Alternativas Sugeridas.** A Tabela 1 sintetiza as formas de organização viáveis, observadas e as alternativas sugeridas para sub-sectores seleccionados em Moçambique. Esta secção sumariza a análise para esses sub-sectores. O Documento de Pesquisa do MADER/MSU # 51P, apresenta uma análise detalhada específica para cada sub-sector, baseada na avaliação de um conjunto de factores associados com custos de transacção.

**Tabela 1. Formas de Organização por Sub-Sector**

Formas de Organização	Sub-sectores			
	Milho	Cajú	Algodão	Açúcar
<b>Teóricamente Viável</b>	PI	PI	CF	PP
<b>Principal Observada</b>	PI	PI	CF	PP
<b>Outras Observadas</b>	PP	none	PI	PI
<b>Alternativas Sugeridas pelos Investidores</b>	CF	CF/PP	PI/PP	CF

**Legenda:** PI=Processamento com produtores independentes ; CF=Processamento com produção por contracto; PP=Plantação com processamento.

**Sub-Sector do Milho.** O milho é uma cultura alimentar básica no país. É amplamente produzido por famílias rurais e consumido em zonas rurais e urbanas. A produção é predominantemente feita por produtores independentes usando tecnologias de produção muito simples. É essencialmente uma tecnologia intensiva em mão-de-obra, sem economias de escala significativas, e com nenhum ou pouco uso de insumos químicos, os quais podem, todavia, ser introduzidos sem a gestão complexa tipicamente requerida nas culturas de alto valor comercial. Estas características de produção não requerem grande coordenação vertical e influenciam a orientação do sector em direcção à produção por produtores independentes do sector familiar (PI). Para além disso, o facto de os processadores terem que competir com muitos outros compradores deste produto que pode ser comercializado domesticamente ou exportado sem ser processado, aumenta drasticamente o risco de violação contractual em esquemas de fomento (CF). Também, formas alternativas de processamento - moageiras de martelos e uso de métodos manuais - criam um mercado doméstico muito disperso, que também não favorece o cumprimento de normas contractuais de monopsonio em esquemas de fomento (CF). Isto é

ainda agravado por problemas relacionados com a fraca capacidade de o sistema legal vigente, especialmente em áreas rurais, poder ajudar as partes a honrar as suas obrigações contractuais, bem como pelos altos custos de coordenação relacionados com a monitoria dos créditos e a fraca capacidade de prover assistência de extensão devido ás fracas infra-estruturas de comunicação. As baixas taxas de alfabetização entre os camponeses, tornam também a execução de programas de extensão e a dessiminação de novas tecnologias particularmente custosos. Na realidade, a forma de organização predominantemente observada é a de produtores independentes, apesar de alguns investidores sugerirem a introdução de esquemas de fomento como forma de ultrapassar muitos problemas actuais do sub-sector. Apesar de aparentemente lidar com muitos dos constrangimentos do sub-sector, CF tem também uma série de desvantagens potenciais.

**Sub-sector do Cajú.** Um resultado chave da análise deste sub-sector é a forma determinante como a possibilidade de exportar a castanha em bruto influencia a forma de organização predominantemente observada (apenas PI). Isto é derivado por dois factores. Primeiro, o alto índice de valor/peso implica que os custos de transporte tenham um menor impacto no preço final recebido. Segundo, a proximidade relativa do mercado indiano ajuda a reduzir significativamente os custos de transporte, sendo ainda que a alta capacidade instalada de processamento associada aos salários relativamente baixos naquele país criam incentivos para que se pague preços mais competitivos à castanha em bruto, especialmente no início da época de colheita em Moçambique, altura em que a produção na Índia ainda não começou a fluir para as fábricas. Ademais, laços étnicos entre comerciantes Moçambicanos e compradores indianos ajudam a reduzir em grande medida os custos de transacção. Tudo isto resulta em que os processadores locais tem que competir com muitos compradores de castanha bruta no mercado local, facto que aumenta os riscos em qualquer tentativa de promover a produção sob contracto (CF). Esta análise é particularmente pertinente à luz da corrente controvérsia á volta da política do GOM de cobrar taxas de exportação para a castanha em bruto exportada. No contexto deste debate, o parlamento chegou mesmo a ser pressionado (sem sucesso) a banir a exportação da castanha em bruto. Embora possa parecer que o banimento das exportações da castanha em bruto aliviaria os factores chave acima identificados como impedimentos ao desenvolvimento de sistemas de fomento, deve notar-se que a emergência de sistemas de fomento não seria automática.

**Sub-sector do Algodão.** Esta cultura é geralmente desenvolvida em zonas onde existem fábricas de descaroçamento de algodão. A produção de algodão com a qualidade exigida na fase de processamento, depende em grande medida do uso apropriado de insumos químicos pelos camponeses. Num país onde os mercados de insumos e de crédito não funcionam ou funcionam de forma deficiente, existe neste sub-sector uma grande necessidade para uma efectiva coordenação vertical. A integração vertical completa (PP) não é atractiva, já que a produção da cultura é predominantemente trabalho intensiva (o que elevaria significativamente os custos de supervisão num contexto de plantação) e não tem economias de escala consideráveis. A produção dispersa torna-se possível devido ao alto valor/peso que reduz o impacto dos custos de transporte. A necessidade de processamento antes da venda final resulta na limitação do número de compradores o que viabiliza, em certa medida, sistemas de contractação (CF). A forma de organização predominantemente observada é, efectivamente, CF. Existem também alguns casos de produção independente (PI). Embora sem grande convicção, alguns investidores sugerem a introdução de formas alternativas como PI e PP, para fazer face às dificuldades associadas com os esquemas de CF. A análise indica, contudo, que sem que se observem mudanças significativas ao nível estrutural, essas alternativas não se mostrariam viáveis.

**O Sub-sector do Açúcar.** Este sub-sector requiere condições de base muito específicas, incluindo investimentos em equipamento agrícola, especialmente de irrigação, e o uso de grandes quantidades de terra em áreas com abundância de recursos hídricos e infra-estruturas ferroviárias e rodoviárias. Estas características tornam a produção dispersa difícil. Acrescentado a isto, as economias de escala necessárias na produção para assegurar compatibilidade de escala com o estágio de processamento, e o baixo valor/peso que torna os custos de transporte elevados, favorecem fortemente a integração vertical através de plantação com processamento (PP). Na realidade, a forma mais comummente (e historicamente predominante) observada em Moçambique é de PP nas zonas sul e centro do País. Foram contudo observados casos isolados de produtores independentes de média e grande escala no sul do país. Note-se também, que foi desenvolvido no sul do país um 'projecto piloto' de um esquema de fomento (CF), financiado pelo Governo Sul-Africano, e implementado em terras adjacentes a uma empresa açucareira na Provincia de Maputo. Este foi um esforço coordenado entre a empresa açucareira, o Governo de Moçambique através do Fundo de

Fomento da Hidráulica Agrícola (FFHA), e uma Associação local de camponeses. Os resultados foram encorajadores, o que indica que, sob determinadas circunstâncias, esquemas de fomento neste sub-sector são potencialmente benéficos para todos os participantes.

**Formas Alternativas de Organização.** Nenhuma das formas de organização prevalecentes é perfeita. Muitos investidores estão numa busca permanente de formas de minimizar os problemas e tomar partido das oportunidades, de modo a maximizar seus lucros. A análise apresentada na Tabela 2 indica que, embora alguns dos problemas identificados com as formas observadas de organização, possam ser eliminados com as alternativas sugeridas, muitos outros problemas podem emergir e essas alternativas podem ou não ser desejáveis sob o ponto de vista da redução da pobreza rural. A análise identifica, para cada um dos sub-sectores, os problemas apontados pelos investidores agro-industriais, bem como aqueles observados do ponto de vista dos camponeses nos arranjos organizacionais actualmente observados. Seguidamente, examina as dificuldades que as formas alternativas podem enfrentar sob as condições actuais, a atracção dessas alternativas do ponto de vista de redução da pobreza. Finalmente, discute-se algumas acções que são requeridas por parte do Governo e sector privado para o sucesso dessas alternativas.

**IMPLICAÇÕES PARA A REDUÇÃO DA POBREZA RURAL:** Sob condições ideais - mercados eficientes (de insumos, crédito, produtos e contingências), uma infra-estrutura física e de comunicações desenvolvida, população altamente alfabetizada, e um sistema legal funcional - a organização de transacções através de produtores independentes (PI) seria a forma mais desejável. Contudo, a realidade é que muitas dessas condições não existem em muitos países, mesmo nos relativamente mais desenvolvidos. A África Sub-Sahariana não é excepção e Moçambique é apenas um exemplo. Por essa razão, a presença de factores que levam a altos custos de transacção na relação entre empresas processadoras e camponeses leva a emergência de arranjos institucionais alternativos de organização das transacções entre esses grupos. Tais arranjos incluem a coordenação vertical que abrange um contínuo de abordagens/opções contractuais (CF), bem como a integração vertical completa através de sistemas de plantação com processamento (PP).

O impacto de formas alternativas de organização de transacções em sub-sectores específicos sobre a pobreza rural é uma questão empírica. Nesta fase, o

estudo delinea algumas implicações preliminares sobre o potencial destes arranjos institucionais na redução da pobreza rural.

Primeiro, a agro-indústria rural pode ter efeitos directos e indirectos sobre a pobreza. Os efeitos directos vem dos salários pagos nas zonas rurais em actividades de processamento e dos rendimentos adicionais recebidos pelos camponeses que fornecem matérias primas a essas agro-indústrias. Os efeitos indirectos, que podem ser substanciais, vêm primariamente das despesas feitas na economia rural por produtores dessas culturas e trabalhadores agrícolas e não-agrícolas assalariados. Muitas dessas despesas serão em bens e serviços produzidos na economia não-agrícola local, cujo crescimento será desta forma incentivado, contribuindo positivamente para a redução da pobreza rural através de aumento do nível de emprego e rendimentos associados.

Segundo, para que os efeitos directos e indirectos sejam sentidos e sustentados, as actividades devem ser lucrativas tanto para as empresas agro-industriais como para a população rural envolvida na produção das matérias primas.

Terceiro, a relação entre o alívio à pobreza e as formas de organização das transacções entre os camponeses e as empresas agro-industriais não é linear e é específica para cada sub-sector. Contudo, dois factores chave podem ser referenciados neste contexto. Por um lado, devido a problemas de informação e ao falhanço generalizado dos mercados de crédito e insumos, as transacções com produtores independentes (PI) não são possíveis para culturas de alto valor comercial em Moçambique. Assim, se os camponeses estiverem confinados apenas a culturas de baixo valor comercial, escapar a pobreza será muito difícil. Por outro lado, a agricultura de plantação (PP) gera apenas um efeito directo sobre a pobreza (salários) e tende a usar tecnologias intensivas em capital. PP gerará desta forma, quase certamente, menos efeitos sobre a redução da pobreza que esquemas de fomento (CF) bem sucedidos.

Quarto, um desafio para os decisores de política é, por conseguinte, o de encontrar formas de organização baseadas em contractos que sejam bem sucedidas sob o ponto de vista de eficiência e equidade, i.e., financeiramente atractivas para as empresas e lucrativas para um número razoável de camponeses.

Finalmente, as características da agro-industrialização no contexto do processo de globalização, particularmente as normas mais exigentes de qualidade

e de segurança de alimentos, podem tornar difícil para camponeses de pequena escala e firmas agro-industriais de pequena dimensão beneficiar-se de forma directa do crescimento que este processo pode desencadear. O nível de participação directa de pequenos produtores e empresas agro-industriais neste processo, bem como a capacidade de os efeitos indirectos serem suficientemente robustos para gerar significativa redução da pobreza por si só, depende de muitos factores específicos ao país e ao sub-sector onde os investimentos são realizados.

**RESUMO DE IMPLICAÇÕES DE POLÍTICA:** O estudo sugere algumas implicações de política. Primeiro, muitas das políticas que poderão ajudar a motivar uma maior participação directa dos camponeses no processo de agro-industrialização - e por conseguinte mais redução da pobreza - são passos que o Governo (GOM) deveria seguir em qualquer estratégia de desenvolvimento, nomeadamente: (i) melhoria de estradas e sistemas de informação de mercado, (ii) melhoria do acesso e qualidade de educação em zonas rurais, (iii) remoção das barreiras legais à formação e desenvolvimento de associações de produtores, (iv) desenvolvimento em coordenação com o sector privado de um sistema de padronização, e (v) pesquisa sobre o desenvolvimento e difusão tecnológica, especialmente de variedades melhoradas de sementes.

Segundo, para além dessas políticas de intervenção de carácter geral, o Governo precisa de ser sensível aos detalhes dos projectos de investimento solicitados, e prático sobre como influenciar o tipo e a localização dos investimentos para maximizar os efeitos sobre a redução da pobreza. Por exemplo, sempre que possível, favorecer projectos que sejam trabalho intensivo sobre os capital intensivos, favorecer zonas rurais em vez de urbanas para a localização das unidades agro-industriais, e favorecer culturas que possam ser produzidas pelo sector familiar.

No caso de Moçambique, um bom exemplo é o processamento de cajú, onde tecnologias de processamento trabalho intensivas localizadas em áreas rurais perto de zonas de produção terão um efeito muito maior sobre a redução da pobreza que aquelas mais capital intensivas localizadas em áreas urbanas.

Devido a características específicas da cultura, a cana de açúcar é predominantemente produzida em sistema de plantação (PP) em muitas partes do mundo. Mesmo assim, existem exemplos de sistemas de fomento (CF) envolvendo muitos camponeses que surgiram como complementos bem sucedidos desses sistemas de

plantação em países como o Quênia e a Suazilândia. Sempre que seja considerado viável, o Governo deve considerar acções estratégicas para facilitar aos camponeses o acesso a áreas de terra irrigáveis perto de fábricas açucareiras e considerar o financiamento de assistência em extensão para esses camponeses. Quando feitos em colaboração com as empresas açucareiras, estas acções podem criar uma situação benéfica tanto para as empresas como para os camponeses.

O chá é outra cultura que, embora principalmente organizada em plantação, tem muitos casos de sucesso em esquemas de fomento envolvendo pequenos produtores. Em Moçambique, alguns dos investimentos estão organizados em CF. Sempre que possível, esta forma de organização deve ser favorecida.

O sub-sector do milho está exclusivamente organizado em PI, e é pouco provável que se possa adaptar a esquemas contractuais no curto e médio prazo. A melhoria de sistemas de padronização neste sector, se desenvolvidos em colaboração com o sector privado, seria uma contribuição chave para facilitar mais investimentos.

O algodão é produzido quase que inteiramente sob sistemas de contratação (CF) entre as grandes companhias e os camponeses do sector familiar, e tem tido algum sucesso em estimular o aumento dos rendimentos e reduzir a pobreza naquelas áreas. Presentemente, o sector enfrenta problemas sérios relacionados com a qualidade da assistência oferecida pelas empresas. A política Governamental neste sector deve focalizar-se em alcançar um melhor equilíbrio entre competição e coordenação, de modo a melhor salvaguardar os interesses dos camponeses. Uma peça fundamental deste esforço é a facilitação e capacitação das associações de produtores para reduzir a sua dependência das companhias algodoceiras e aumentar o seu poder de negociação para aumentar os benefícios directos para os camponeses. O desafio fundamental está em balancear os custos e benefícios de políticas e investimentos alternativos sob o ponto de vista da eficiência e equidade, encontrando o tipo apropriado de incentivos, e monitorando a eficácia dos mecanismos que se espera poderem afectar a redução da pobreza. Seria muito útil para o Governo, no processo de avaliação de propostas alternativas de investimento, se se desenvolvesse um método simples de prever os efeitos de investimentos específicos sobre a redução da pobreza.

**PESQUISA ADICIONAL:** Recomenda-se que, para que possa de forma efectiva ajudar o Governo a endereçar opções de política e lidar com a questão da redução da pobreza, a pesquisa se concentre numa análise combinada entre a eficiência e equidade de formas alternativas, e considerações sobre os efeitos directos e indirectos dessas opções. Este processo deve incluir três passos. Primeiro, a selecção de subsectores e regiões específicas para a análise. Segundo, o desenvolvimento de um melhor entendimento sobre a motivação económica adjacente às formas alternativas de organização das transacções nesses subsectores e regiões. Finalmente, o uso de análise de impacto regional para: (i) medir os efeitos directos e indirectos sobre os rendimentos que resultam de intervenções em formas alternativas em zonas e subsectores específicos; e (ii) identificar e simular políticas alternativas de intervenção que potencialmente reforcem a ligação entre produtores familiares e empresas agro-industriais para analisar os efeitos directos e indirectos do aumento dos volumes transaccionados sobre a pobreza rural.

Utilizando métodos qualitativos e quantitativos, a pesquisa deve ser capaz de responder, em termos mais precisos, a três grupos de questões no contexto de subsectores específicos e áreas geográficas seleccionadas:

1. Que arranjos institucionais ou formas de organização das transacções entre empresas agro-industriais e produtores rurais podem providenciar meios eficientes e eficazes de ultrapassar altos custos de transacção?
2. Quais são as condições necessárias para que essas formas de organização operem eficientemente ao mesmo tempo que ajudem a promover uma distribuição mais equitativa de rendimentos?
3. Qual deve ser o papel do Governo de modo a ajudar essas instituições ou formas de organização a gerar crescimento sustentável com equidade?

As respostas a estas perguntas podem ajudar a lidar, de forma mais efectiva, com os detalhes práticos no processo de tomada de decisões, incluindo o desenho de esquemas de incentivos a serem proporcionados pelo Governo para influenciar a forma como os investidores se relacionam com os pequenos produtores. A pesquisa deve ser capaz de:

1. Sugerir uma análise da efectividade económica das opções Governamentais no processo de providenciar incentivos aos investidores; e
2. Facilitar o desenvolvimento de métodos analíticos para avaliar o potencial impacto no alívio à pobreza, incluindo modelos que possam captar os prováveis efeitos multiplicadores.

## REFERÊNCIAS

- Delgado, C. (1999). Sources of Growth in Smallholder Agriculture in sub-Saharan Africa: The Role of Vertical Integration of Smallholders with Processors and Marketers of High-value Added Items. *Agrekon* 38 (1999): 165-189.
- Dorward, A., Kydd, J. and Poulton, C. (1998). Smallholder Cash Crop Production Under Market Liberalization: A New Institutional Economics Perspective. CAB International.
- Jaffee, S. and Morton, J., eds. (1995). Marketing Africa's High-value Foods: Comparative Experiences of an Emergent Private Sector (Dubuque, Iowa, USA: Kendall/Hunt Publishing).
- Reardon, T. and Barrett, C. (2000). Agro-industrialization, globalization, and international development: An overview of issues, patterns, and determinants. *Agricultural Economics* 23 (3) 195 - 205.

Tabela 2. Problemas Identificados Para Formas de Organização Observadas e Alternativas Sugeridas, e Acções Propostas Para o Sector Público e Investidores Privados

Formas de Organização Actualmente Observadas				Formas de Organização Alternativas Sugeridas				
Forma de Organização (Sub-Sector)	Factores Chave que Influenciam Esta Forma de Organização	Problemas Reportados pelos Investidores	Problemas do Ponto de Vista dos Produtores Familiares	Formas de Organização Alternativas	Factores Adversos na Implementação Destas Alternativas	Desejável do Ponto de Vista de Redução da Pobreza?	Perspectivas de Sucesso?	Acções Chave Necessárias para o Governo e Investidores Privados
<b>Processamento com Produtores Independentes (PI)</b>  (Milho)	Muitos consumidores processam o seu milho em casa ou em moageiras locais, criando um mercado local de milho altamente disperso. Isto torna esquemas CF altamente problemáticos devido à falta de cumprimento de contractos.	+ Incerteza sobre preços; + Qualidade inconsistente; + Quantidade insuficiente de matéria prima/baixa utilização da capacidade de processamento; + Competição com outros utilizadores domésticos incluindo famílias consumidoras; + Alta dispersão de fontes de matéria prima.	+ Difícil para os produtores familiares balancear entre a produção comercial e a segurança alimentar, devido à incerteza nas oportunidades de mercado, volatilidade de preços, falta de poder de negociação, e falta de boas condições de armazenamento.	<b>Processamento com Sistema de Fomento (CF)</b>	+ Retornos para os campones podem ser menores que o custo de oportunidade da mão-de-obra; + Violação de contractos devido a existência de muitos compradores potenciais; + Problemas em fazer cumprir contractos devido ao fraco sistema legal; + Baixas economias de escala se os camponeses não estão organizados em grupos.	Sim	Fracas no presente momento	Empresas que sejam bem sucedidas em enfatizar a qualidade e paguem um <i>premium</i> por essa qualidade têm o potencial de fazer funcionar esquemas CF. A melhoria de sistemas públicos de padronização podem ajudar neste processo. A introdução de milho de qualidade de alto poder protéico (QPM) pode aumentar a perspectiva de sucesso por incentivar preços mais altos, mas haverá, muito provavelmente, problemas de informação ao nível do consumidor e possivelmente do processador. Este problema requiere uma efectiva acção reguladora por parte do Governo que é pouco provável no curto prazo.
<b>Processamento com Produtores Independentes (PI)</b>  (Cajú)	A existência de um mercado de exportação para a castanha em bruto leva a que exista um grande número de compradores potenciais com os quais os processadores têm que competir. Isto torna difícil esquemas CF devido há alta probabilidade de não cumprimento de contratos. As actuais empresas podem também não ter uma vantagem comparativa na gestão intensiva necessária em esquemas de CF.	+ Competição de preços com exportadores; + Qualidade inconsistente; + Quantidade insuficiente de matéria prima/baixa utilização da capacidade de processamento; + Falta de financiamento; + Alta dispersão nas fontes de matéria-prima; + Mercados de insumos inexistentes.	+ Falta de acesso a insumos para controlar o PMD reduz a produtividade e a lucratividade; + Falta de poder negocial e incerteza nos preços torna o cajú uma fonte de rendimento não confiável.	<b>Processamento com Sistema de Fomento (CF)</b>	+ Retornos para os campones podem ser menores que o custo de oportunidade da mão-de-obra; + Devido a fraqueza do sistema legal, e face á competição de preços com exportadores, existe um alto risco de violação de obrigações contractuais de venda em sistemas de fomento; + Altos custos de extensão e distribuição de insumos se os camponeses não estiverem organizados em associações; + Custos de <i>procurement</i> de novas variedades e insumos; + As actuais empresas podem também não ter uma vantagem comparativa na gestão intensiva necessária em esquemas de CF.	Sim	Fracas no presente momento	+ Esquemas de CF no cajú requerem que as empresas estejam empenhadas no modelo de gestão intensivo; + As empresas precisam de estar efectivamente engajadas na promoção de novos plantios e no controle do PMD; + Precisam também de adoptar tecnologias com localização descentralizada e que sejam escaláveis para se ajustarem a capacidade das áreas de produção; + O GOM deve continuar a apoiar programas de pesquisa e extensão para o controle do PMD e a introdução de novas variedades; + O GOM deve desempenhar um papel regulador que minimize os riscos inerentes aos sistemas de fomento.
				<b>Processamento com Plantação (PP)</b>	+ Problemas de acesso e segurança de posse de terra perto das unidades de processamento; + Falta de disponibilidade de mão-de-obra agrícola excedentária para a realização de algumas tarefas; + Altos custos directos em mão-de-obra e supervisão da mesma; + Altos riscos associados com a produção directa da cultura.	Não	N/A	N/A

Formas de Organização Actualmente Observadas				Formas de Organização Alternativas Sugeridas				
Forma de Organização (Sub-Sector)	Factores Chave que Influenciam Esta Forma de Organização	Problemas Reportados pelos Investidores	Problemas do Ponto de Vista dos Produtores Familiares	Formas de Organização Alternativas	Factores Adversos na Implementação Destas Alternativas	Desejável do Ponto de Vista de Redução da Pobreza?	Perspectivas de Sucesso?	Acções Chave Necessárias para o Governo e Investidores Privados
<b>Processamento com Sistema de Fomento (CF)</b>  (Algodão)	+ O falhanço dos mercados de crédito e de insumos, associado com a necessidade do uso intensivo de insumos cria a necessidade de coordenação vertical (CF ou PP); + A natureza trabalho intensiva e as relativamente baixas economias de escala na produção não favorecem PP, enquanto que a necessidade de processamento antes da venda final (que resulta num numero limitado de compradores) favorece CF.	+ Violação de contratos de venda devido á competição de preços entre as empresas fomentadoras; + Dificuldades de fazer cumprir os contratos devido ao fraco sistema legal; + Falta de incentivos para os camponeses devido ao poder de monopsonio das empresas; + Informação assimétrica e comportamento oportunístico.	+ A alta dependência dos produtores em relação ás companhias algoeiras, no fornecimento de insumos, e a falta de poder de negociação leva a incerteza em relação ao rendimento esperado com as vendas desta cultura.	<b>Processamento com Plantação (PP)</b>	+ Dificuldades de expandir áreas cultivadas em terras perto da unidade de processamento; + Altos custos directos de mão-de-obra devido á natureza trabalho intensiva da produção; + Altos custos de supervisão da mã-de-obra; + Altos riscos associados com a produção directa da cultura.	Não	N/A	N/A
				<b>Processamento com Produtores Independentes (PI)</b>	+ Mercados de insumos e factores fracos ou inexistentes; + Altos custos de comercialização; + Fraca infra-estrutura física e informação de mercado; + Qualidade inconsistente do produto; + Incerteza sobre os preços.	Não	N/A	N/A
<b>Processamento com Plantação (PP)</b>  (Açúcar)	Economias de escala na produção favorecem esquemas de plantação (PP). Ademais, o baixo valor/peso favorece PP como forma de reduzir os custos de transporte.	+ Baixa utilização do nível de capacidade de processamento devido a escassez de matéria prima; + Dificuldade de expansão da área cultivada perto dos investimentos de irrigação e acesso rodoviário ou ferroviário; + Altos custos de capital na expansão das áreas de produção; + Altos custos de supervisão da produção; + Altos riscos associados com a produção directa da cultura.	+ A baixa capacidade de gerar emprego devido á natureza capital intensiva da produção limita o impacto directo sobre os rendimentos rurais (consiste apenas nos salários pagos aos trabalhadores das plantações).	<b>Processamento com Sistema de Fomento (CF)</b>  (Algodão)	+ Alta especificidade nas técnicas de produção require altos custos de extensão; + Altos custos com o investimento em sistemas de irrigação.	Sim	Possível	+ O sucesso de esquemas de fomento (CF) neste sub-sector é apenas possível se houver uma parceria efectiva entre o GOM e as companhias açucareiras na comparticipação dos custos associados com a participação dos pequenos produtores. As companhias precisam de fazer investimentos adicionais básicos em sistemas de irrigação (caso seja necessário, o GOM deve conceder incentivos). A redução dos custos de extensão é do interesse das companhias, e o GOM pode comparticipar com a provisão desses serviços e na facilitação da organização dos camponeses para uma efectiva e bem recompensada participação.